

4/8/98 16A

Onde falta saneamento e sobra poluição

Relatório do Bird aponta problemas do meio ambiente urbano no Brasil



Falta de saneamento mata 8,5 mil brasileiros todos os anos

LEVANTAMENTO DO BANCO MUNDIAL APONTA OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS DO PAÍS: QUASE 20 MILHÕES DE PESSOAS NÃO TÊM ÁGUA ENCANADA E 45,6 MILHÕES NÃO TÊM ESGOTO

Patrícia Ferraz

Todo ano 8.500 brasileiros morrem de doenças causadas pela falta de saneamento básico. No Brasil das vésperas do século 21, 17,9 milhões de pessoas que vivem nas áreas urbanas não têm água encanada e 45,6 milhões de moradores das cidades não são servidos pela coleta de esgoto. As informações constam de um detalhado levantamento dos problemas ambientais brasileiros que acaba de ser divulgado pelo Banco Mundial (Bird) sob o título *Brazil: Managing Pollution Problems*. Na avaliação dos técnicos do Bird, a falta de saneamento básico é o principal problema ambiental "marrom" (que não envolve recursos naturais) existente no País.

Apesar da enorme carência, a rede de saneamento, que na década de 70 atingia apenas 60% dos municípios, cresceu e hoje se estende a 84% das cidades brasileiras. Os técnicos do Bird calculam que para ampliar o fornecimento de água e esgoto a 100% dos domicílios urbanos (e aos domicílios rurais acessíveis) seriam necessários investimentos iniciais da ordem de US\$ 13 bilhões, além de US\$ 1,7 bilhão anuais para acompanhar o crescimento populacional. Segundo o estudo, a ampliação de 10% da rede de água seria suficiente para reduzir em 3% a mortalidade infantil.

A poluição atmosférica nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde vivem 16,5 milhões e 10,4 milhões de pessoas, respectivamente, é apontada como o segundo maior problema ambiental urbano do País. De

acordo com o documento, 4 mil mortes anuais estão relacionadas a doenças respiratórias provocadas pelo excesso de poluição nas duas regiões metropolitanas. Os técnicos acreditam ainda que a poluição do ar é responsável pela paralisação parcial de atividades de 38 milhões de pessoas por ano. Eles estimam os custos do controle de emissões em US\$ 75 milhões anuais.

Além do saneamento básico e da poluição atmosférica, o documento faz uma análise detalhada da poluição das águas superficiais, da poluição das praias urbanas e do gerenciamento do lixo, que apresenta números também impressionantes: 40% do lixo gerado no País fica fora do sistema de coleta. Do total de lixo coletado, apenas 28% recebe tratamento e deposição adequada, o restante é despejado a céu aberto em terrenos baldios, lixões, beiras de rios ou ruas,



Segundo o Bird, 40% do lixo gerado no País fica fora do sistema de coleta

criando situação de risco de contaminação. Para os técnicos do Bird os custos de ampliação da coleta são da ordem de US\$ 290 milhões, além de US\$ 130 milhões adicionais para custear a deposição adequada do lixo coletado.

O relatório do Bird foi feito com base em pesquisas de campo e estatísticas de diversas áreas do governo brasileiro, entre elas o Ministério de Meio Ambiente, Secretaria de Política Urbana do Ministério de Planejamento, além de órgãos federais e estaduais, como IBGE, Ipea e Emplasa.

O documento não poupa críticas às políticas e ao sistema de gerenciamento da questão ambiental no País. Para o Bird, o governo brasileiro não está efetivamente conseguindo controlar a poluição, apesar de lidar com a questão há 25 anos: os poluidores não pagam pelos danos causados, o sistema de licenciamento é antiquado e funcio-

na como barreira burocrática em vez de servir de instrumento de planejamento, as agências ambientais estaduais têm pouca força e os setores do governo ainda mostram resistência em incorporar a variável ambiental no âmbito de investimentos e políticas, o que faz com que meio ambiente permaneça como questão marginal.

Entre as recomendações que faz, com a autoridade de quem financia vários projetos ambientais no País, o Bird sugere a modernização do sistema de controle de poluição "para acompanhar as reformas econômicas adotadas nos últimos anos", a descentralização dos instrumentos de controle de poluição, a simplificação do sistema de licenciamento ambiental para redução da burocracia, a integração do gerenciamento de águas e a maior participação da iniciativa privada na gestão dos problemas ambientais urbanos.



Saneamento: solução custa R\$ 13 bi